

Audiência discute como fiscalizar dinheiro público

Todos os participantes de audiência na CPI das ONGs defenderam ontem uma fiscalização mais rigorosa nos repasses que o governo federal faz para organizações integrantes do chamado terceiro setor. **Página 6**



Inácio Arruda e Raimundo Colombo (2º e 3º à esq.) coordenam debate com representantes de ONGs, Ministério Público e governo sobre as regras para fiscalizar dinheiro público

José Cruz

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.698 – Brasília, sexta-feira, 26 de outubro de 2007

José Cruz



Garibaldi (E) e Delcídio na Subcomissão dos Marcos Regulatórios

Marcos regulatórios podem reforçar a infra-estrutura

Subcomissão aprova documento com uma série de sugestões que visam incentivar a eficiência econômica e a melhoria da prestação de serviços

Incentivar a eficiência econômica e a melhoria da prestação dos serviços públicos concedidos a terceiros – esses são os dois principais objetivos da fixação de novos marcos regulatórios, defendida por subcomissão do Senado. Depois de

16 reuniões temáticas, com a presença de mais de 50 especialistas dos setores público e privado, senadores aprovaram relatório com sugestões em áreas como energia, telecomunicações, transportes, aviação e vigilância sanitária. **Página 3**

Saúde pública terá “alguns bilhões a mais” em 2008

Previsão foi feita pelo presidente interino do Senado, Tião Viana, depois de tomar café da manhã com Lula e o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia. **Página 5**

J. Freitas



Tião Viana: ministro da Saúde negocia alternativa com a área econômica do governo



Célio Azevedo

Carlos Bezerril, Moura Neto e Marcelo Crivella em audiência pública no Senado

Empresas com balanços sociais

Objetivo de projeto aprovado é expor atividades socio-culturais e ambientais de grandes empresas. **Página 2**



Programa nuclear pode ser concluído até 2014

O comandante da Marinha, almirante Júlio Soares de Moura Neto, preveu a conclusão do programa nuclear brasileiro até 2014, caso se confirmem os investimentos de R\$ 1 bilhão

ao longo dos próximos anos. Moura Neto participou ontem de audiência pública conjunta de duas comissões do Senado – a de Relações Exteriores e a de Ciência e Tecnologia. **Página 8**

Projeto de Lúcia Vânia pretende informar sobre trabalho social desenvolvido por empresas, como programas de conservação do meio ambiente e de proteção à criança de rua



Valadares (E), Lúcia Vânia, Jayme Campos e João Pedro na reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional que aprovou proposta

Grandes empresas poderão ter que apresentar balanços sociais

A exemplo do que ocorre com o balanço patrimonial, publicado anualmente nos principais jornais, as empresas também poderão divulgar o seu respectivo balanço social empresarial. A idéia, apresentada em projeto de lei da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) na forma de substitutivo, é fazer com que a sociedade tome conhecimento do trabalho social desenvolvido pelas empresas, como projetos socioculturais, programas de educação, de conservação do meio ambiente e de proteção à criança de rua.

Entre as principais alterações propostas pelo substitutivo da relatora, senadora Patrícia Saboya

(PDT-CE), ao PLS 224/07, está a que obriga apenas as empresas de maior porte a publicarem o balanço social empresarial. A proposta aprovada pela CDR determina que o balanço social conterá uma série de informações sobre os benefícios gerados para a comunidade, entre os quais o valor das taxas, das contribuições obrigatórias e dos impostos recolhidos; o valor total recolhido em nome dos empregados para o FGTS; o montante dos investimentos com proteção do meio ambiente; a soma dos lucros distribuídos aos empregados; e os gastos com assistência à saúde.

Premiação

Caberá ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome emitir o Selo Empresa

Responsável – uma premiação às empresas que publicarem o seu balanço social com informações mais detalhadas. O projeto, entretanto, veda a concessão do selo a empresas que, comprovadamente, cometerem crimes ambientais, adotarem práticas discriminatórias ou estiverem envolvidas com a exploração do trabalho infantil ou qualquer forma de trabalho forçado.

Na avaliação de Lúcia Vânia, o projeto representa “um estímulo para a modernização das empresas e melhoria da qualidade de vida dos brasileiros”.

A proposta segue agora para exame das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Comissão aprova emendas ao PPA e criação de ZPEs em quatro estados

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem as cinco emendas que o colegiado tem direito de apresentar ao projeto do Plano Plurianual (PPA) para o período 2008 a 2011. O Orçamento Público, além do PPA, compreende a elaboração e a execução de outras duas leis – a de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Orçamentária Anual (LOA).

Os recursos aprovados pela comissão – mais de R\$ 4 bilhões –, caso sejam acolhidos pela proposta orçamentária, vão para projeto de infra-estrutura turística, fortalecimento do turismo interno e para o fortalecimento das políticas de desenvolvimento regional.

Projetos

A CDR aprovou ainda pareceres favoráveis a projetos de criação de quatro novas zonas de processamento de exportação (ZPEs). O senador Valter Pereira (PMDB-MS) é o autor da proposta de criação de ZPE

(PLS 560/07) em Ponta Porã (MS); Alvaro Dias (PSDB-PR) quer criar ZPE (PLS 536/07) em Foz do Iguaçu (PR); José Maranhão (PMDB-PB) assina projeto (PLS 381/07) propondo ZPE em Cabedelo (PB); e Mário Couto (PSDB-PA) propõe (PLS 515/07) o empreendimento em Castanhal (PA). Os projetos seguem agora para votação, em decisão terminativa, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A comissão aprovou também parecer do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) a projeto oriundo da Câmara dos Deputados (PLC 22/03) que disciplina as atividades das agências de turismo. O parecer do relator alterou a proposição em vários artigos, de forma a preservar, segundo o parlamentar, o consumidor. Com isso, observou o senador, a responsabilidade das agências de turismo continuaria regulada pelo Código de Defesa do Consumidor. O projeto irá agora para votação em Plenário.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão destinada a pronunciamentos

A sessão de hoje, prevista para as 9h, é destinada a discursos e comunicados da Mesa diretora. Na próxima semana, continuam na pauta do Plenário projetos de lei, como o que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional.

Programa Senado Verde

A Rádio Senado apresenta hoje, às 18h, reportagem especial que tem como tema, “Senado Verde, Parceria com o Planeta”. O programa tem o objetivo de alertar a população e mostrar soluções para evitar desperdícios e reduzir o consumo de energia, água e papel. E o meio ambiente também é destaque nesse especial, que vai contar um pouco dessas experiências de sucesso. Reprises amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Virgínia Galvez

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Alvaro Dias, Efraim Moraes, Mão Santa e Jayme Campos

Relatório da Subcomissão Temporária dos Marcos Regulatórios sugere propostas para aprimorar a regulação de atividades como energia e telecomunicações

Delcídio: “Temas são fundamentais para o país”

Em pronunciamento no Plenário, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) fez ontem um balanço dos trabalhos da Subcomissão dos Marcos Regulatórios, cujo relatório final, aprovado pela manhã, será analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), à qual a subcomissão estava vinculada.

Após a realização de audiências públicas com estudiosos, técnicos e dirigentes de empresas estatais, a subcomissão concluiu pela apresentação de proposições legislativas para aperfeiçoar a regulação de setores responsáveis por atividades consideradas estruturais, como energia, telecomunicações e transporte.

– Esses temas serão de fundamental importância para o desenvolvimento do país – avaliou.

Em relação à energia elétrica, a subcomissão propôs a apresentação de um projeto de lei que disciplina o licenciamento ambiental de aproveitamentos de potenciais hidráulicos considerados estratégicos, tendo em vista que a utilização atual desses potenciais é inferior a 30%.

A subcomissão também sugeriu a responsabilização criminal de agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que outorgarem autorizações ou permissões em desacordo com as normas ambientais.

“Relatório é propositivo”, afirma Garibaldi

O relator da Subcomissão dos Marcos Regulatórios, Garibaldi Alves Filho, admitiu que o próximo passo dos trabalhos será o de convencer e de “tornar os demais senadores, na CAE e no Plenário, sensíveis às conclusões do relatório”.

Antes da votação, o relator apresentou aos demais membros da subcomissão os principais pontos do trabalho que, para ele, “foi muito propositivo”. Garibaldi lembrou que o governo abdicou de prestar determinados serviços à população, optando por concedê-los à iniciativa privada, que, no entanto, precisa de definições claras de princípios e obrigações para melhorar a qualidade desses serviços.

Em busca de novas regras para infra-estrutura

O relatório final da Subcomissão Temporária dos Marcos Regulatórios, aprovado ontem, concluiu pela apresentação de diversas proposições legislativas para aperfeiçoar a regulação de setores responsáveis por atividades consideradas estruturais, como energia, telecomunicações e transporte.

De acordo com o relator da subcomissão, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), foram realizadas 16 reuniões temáticas, com a presença de mais de 50 especialistas dos setores público e privado. O diagnóstico foi dividido em 15 relatórios parciais, com sugestões de proposições legislativas que têm por objetivo o aperfeiçoamento dos marcos,



O presidente da subcomissão, Delcídio (1º à dir.), ao lado do relator, Garibaldi, pede fortalecimento das agências reguladoras

com vistas a incentivar a eficiência econômica e a melhoria da prestação de serviços.

Entre as mais importantes sugestões destaca-se uma proposta de emenda à Constituição

(PEC) destinada a aperfeiçoar o funcionamento das agências reguladoras.

Veja os principais pontos do relatório

ENERGIA ELÉTRICA

O relatório propõe um projeto de lei que disciplina o licenciamento ambiental para aproveitamento de potenciais hidráulicos considerados estratégicos. Conforme informações de Garibaldi, no Brasil o percentual hidráulico aproveitado é inferior a 30%. Uma segunda sugestão é a responsabilização criminal de agentes Ibama que outorgarem autorizações ou permissões em desacordo com as normas ambientais.

TELECOMUNICAÇÕES

Uma das proposições sugeridas tem por objetivo unificar o regime jurídico das diversas modalidades de serviços de televisão por assinatura no âmbito da disciplina geral aplicável aos demais serviços de telecomunicações, reguladas, até então, por leis diferentes. A matéria garante conquistas sociais asseguradas pela Lei do Cabo (Lei 8.977/95), como a obrigatoriedade de transmissão de determinados canais.

PROSPECÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

A subcomissão propõe ao Executivo que promova reuniões periódicas do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE); preveja estímulos ao desenvolvimento de tecnologias de exploração e refino de óleos ultrapesados; e simplifique a legislação tributária e reduza a carga de tributos do setor. Já ao Judiciário, é sugerida a agilização das ações referentes ao poder fiscalizador da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

TRANSPORTES

O colegiado diagnosticou a necessidade de se conceder maior autonomia à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). No que se refere ao transporte rodoviário, as principais sugestões tratam da agilização das licitações no segmento de transporte interestadual de passageiros, da recuperação e da manutenção da malha federal e da diminuição da carga tributária que incide sobre o setor.

PORTOS

O relator concluiu, a partir das sugestões apresentadas, que os portos brasileiros precisam ser mais bem aparelhados e que suas políticas de gestão devem ser revistas visando a uma maior profissionalização. A subcomissão também apontou a necessidade de revisão da lei que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias (Lei 8.630/93).

AVIAÇÃO CIVIL

Na avaliação de Garibaldi Alves, uma das soluções para os recentes problemas do setor seria a implantação, sob responsabilidade civil, do sistema de tráfego aéreo por satélite. O relator também sugeriu a descentralização e a privatização dos aeroportos. A subcomissão apresenta ainda projeto que amplia a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Foram sugeridas emendas a projetos em tramitação no Congresso, com o objetivo de concretizar o que a Constituição federal estabelece para o setor, especialmente num ambiente regulatório de convergência tecnológica. O relator chama a atenção para a priorização do interesse do usuário e das empresas nacionais.

AGÊNCIAS REGULADORAS

A subcomissão concluiu pela apresentação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) destinada a aperfeiçoar o funcionamento das agências reguladoras. O relator também destacou o apoio do colegiado à PEC 71/07, de iniciativa do presidente do colegiado, senador Delcídio Amaral. A proposição estabelece regras para o acompanhamento do desempenho das agências pelo Legislativo.

ABASTECIMENTO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

Foi sugerida isonomia tributária entre a área de petróleo e gás e, por exemplo, as de transportes, portos e energia, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O relatório aponta a necessidade de se construir uma agência reguladora independente, que garanta a primazia dos interesses da saúde pública sobre as atividades mercantis.

MINERAÇÃO

A subcomissão recomenda a definição do marco legal e dos percentuais cobrados a título de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem).

MEIO AMBIENTE E RESÍDUOS SÓLIDOS

Foi sugerido projeto de lei para regulamentar a profissão de catador de lixo e apontada a necessidade de examinar as proposições sobre o assunto que tramitam no Congresso.

Qual a contrapartida à aprovação da CPMF? Para ex-secretário da Receita, é preciso impor limites ao governo. Oposição também expõe suas condições

Everardo sugere “dieta fiscal” como contrapartida à CPMF

O ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel sugeriu ontem, em audiência pública sobre a reforma tributária, que o governo federal seja submetido a uma “dieta fiscal” como contrapartida à renovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Com essa finalidade, ele defendeu a aprovação, pelo Congresso, de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para que venha a constar do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias mecanismo que impeça o governo, até 2015, de criar novos tributos e aumentar as alíquotas sobre os existentes.

—O governo não tem condições de prescindir da CPMF nesse instante, pois o corte brusco dessa receita pode produzir sério desequilíbrio fiscal, mas sua renovação não deve ser aprovada gratuitamente — observou, depois de considerar a necessidade de conter a tendência de aumento dos gastos correntes.

No debate, promovido pela Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Maciel também defendeu a derrubada, pelo Congresso, do veto do presidente da República à Emenda 3, inserida pelo Legislativo no projeto do Executivo que criou a Secretaria da Receita Federal do Brasil (a Super Receita). A emenda transfere para a Justiça eventual reconhecimento de vínculo trabalhista no contrato entre uma empresa e uma firma individual.

Participaram ainda do debate o presidente da Comissão de Direito Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Antonio Carlos Rodrigues do Amaral, e o advogado tributarista Gustavo Brigagão. Os dois também defenderam a derrubada do veto à Emenda 3 e manifestaram opiniões semelhantes em relação à necessidade de renovação da CPMF, diante dos riscos fiscais que sua supressão imediata pode acarretar. No quadro de uma reforma tributária, todos apoiaram a redução progressiva da alíquota.

Sistema “esquizofrênico”

O representante da OAB disse que o atual sistema tributário, em que cada estado legisla sobre o ICMS, tornou-se “esquizofrênico”. Segundo ele, a reforma pretendida deve partir do princípio de que o projeto deve servir ao país e não, em primeiro lugar, aos estados. Disse que a sociedade não está inserida na discussão e que o próprio Congresso vem sendo pautado pelo governo nessa discussão. Ele sugeriu que o Senado assumira a liderança do debate.

Gustavo Brigagão considerou a CPMF um tributo “perverso”, devido ao efeito cumulativo sobre a cadeia produtiva. Ele defendeu sua manutenção apenas como instrumento de fiscalização, com alíquota mínima. Ao criticar a complexidade do sistema tributário atual, registrou que, nos últimos 18 anos, foram criadas no país quase 230 mil normas tributárias, entre regras federais, dos estados e municípios.



Agripino afirma que é preciso discutir se o país pode ou não abrir mão da CPMF

“Arrecadação é uma caixa-preta”, adverte líder do DEM

O líder do DEM, José Agripino (RN), anunciou ontem a realização de uma série de audiências públicas para discutir e embasar a necessidade de aprovar ou rejeitar a prorrogação da vigência da CPMF.

Para o senador, as audiências pactuadas entre os líderes — cujos requerimentos foram aprovados na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizada na quarta-feira — serão a oportunidade de debater politicamente se o país pode ou não abrir mão da CPMF. As audiências serão realizadas na próxima terça-feira, às 15h, na quarta-feira, às 10h e às 15h, e na quinta-feira, às 10h.

Entre os convidados, informou Agripino, estão os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo; o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf; o advogado tributarista Ives Gandra Martins; os ex-ministros da Fazenda Pedro Malan e Antonio Palocci (hoje deputado federal); os economistas José Roberto Afonso e Samuel Pessoa; além de representantes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.

— É preciso discutir politicamente, para ver se o país pode abrir mão da CPMF. Diz o governo que o país quebra. O DEM defende os interesses do cidadão.

As arrecadações da CPMF, na opinião de Agripino, são uma “caixa-preta”. Ele recomendou um “cotejo” sobre o que está previsto de arrecadação no Orçamento e o que efetivamente foi arrecadado.

Em aparte, a relatora da proposição na CCJ, Kátia Abreu (DEM-TO), elogiou a realização das audiências, que enriquecerão seu relatório.



Arthur Virgílio quer uma “verdadeira reforma fiscal” em 12 meses

Virgílio detalha condições para apoiar prorrogação

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), defendeu a negociação do seu partido com o governo em torno da proposta de emenda à Constituição que prorroga até 2011 a cobrança da CPMF. Ele relatou em Plenário como havia sido a reunião ocorrida no começo da tarde com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, da qual ele participou ao lado dos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Romero Jucá (PMDB-RR) e Aloizio Mercadante (PT-SP). Na reunião, foram expostas ao governo as condições do PSDB para aprovar a CPMF.

De acordo com o senador, o PSDB apoiará a prorrogação da CPMF se o governo concordar em se enquadrar na Lei de Responsabilidade Fiscal; investir mais recursos da CPMF na saúde; reduzir os gastos públicos em custeio em 0,2% ao ano; desonerar um ou mais tributos; reduzir imediatamente a alíquota da CPMF; e aprovar em 12 meses uma verdadeira reforma tributária. Ele assinalou que os índices e parâmetros finais ainda estão sendo negociados.

Virgílio negou que o arquivamento da denúncia de utilização do “valerioduto” pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) tenha sido parte da negociação sobre a prorrogação da CPMF. Classificou ainda a denúncia como “tola e frágil” e como “desrespeitoso” o que a imprensa tem escrito a respeito da negociação entre o PSDB e o governo.

Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou, em aparte, a responsabilidade e a maturidade da proposta do PSDB. Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que o pronunciamento de Arthur Virgílio acaba com qualquer dúvida sobre as intenções do PSDB ao negociar com o governo.



Política, segundo Marisa Serrano, se faz com debate, “que não significa adesismo”

Marisa Serrano espera reforma ampla nos impostos

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou que os partidos de oposição devem discutir e negociar a prorrogação da CPMF com o governo, como ocorreu em encontro com o ministro da Fazenda, Guido Mantega. O entendimento, entretanto, não pode ficar restrito à alíquota da contribuição, mas deve englobar uma reforma tributária completa.

Marisa Serrano salientou que se a reforma tributária é fundamental para que o país avance, proporcionando geração de empregos e serviços públicos de melhor qualidade, é função dos políticos discutir esse tema juntamente com a prorrogação da CPMF.

Contrária à contribuição, Marisa Serrano afirmou ainda que o debate precisa englobar pontos como pacto federativo, gasto público e problemas do processo eleitoral brasileiro, que devem ser tratados com o governo.

— Política se faz discutindo, mas isso não significa adesismo — observou.

A senadora ressaltou que os brasileiros trabalham cinco meses para pagar impostos e criticou o “terrorismo” feito pelo Poder Executivo ao prever uma paralisação no país caso a prorrogação da contribuição não seja aprovada. Ela questionou por que o governo, sabendo que a CPMF se encerraria em dezembro, não se programou para a redução de sua receita.

Em aparte, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse que a CPMF é democrática e defendeu sua permanência, apesar de concordar que há excesso de impostos. Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) salientou que, mesmo com a contribuição, que devia ser destinada para a saúde, o setor enfrenta um caos, com doenças, antes erradicadas, ressurgindo.



Everardo (à esq., ao lado de Jereissati) defende contenção da tendência de se gastar muito

Negociações sobre prorrogação da CPMF prosseguem, diz Raupp

O líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), afirmou que as negociações entre governo e oposição sobre a prorrogação da CPMF ainda estão em andamento. Ele observou que “não houve entendimento” depois da reunião de senadores do PSDB com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, realizada ontem.

Entretanto, Raupp salientou que a bancada do PMDB está quase toda concordando com a necessidade de aprovação da prorrogação da contribuição. O líder disse que apenas os senadores Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Mão Santa (PMDB-PI) não devem mudar de opinião, mantendo posição contrária à prorrogação.

O senador disse ter esperanças de que seu projeto de lei (PLS 579/07) que veda a incidência da CPMF sobre lançamentos a débito de contas correntes de pessoas físicas com renda e mo-



Genardo Maggela

Raupp: “Bancada do PMDB está quase toda concordando com prorrogação”

vimentação financeira mensais de até R\$ 1.200 seja aprovado, talvez até com limites de R\$ 1.700 ou R\$ 2.500.

Questionado sobre a possibilidade de o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), não retornar à Presidência, Valdir Raupp informou que o PMDB ainda não decidiu qual seria o possível candidato da legenda para suceder o ala-goano.

Mão Santa critica contribuição e aponta crise na área da saúde

Mão Santa (PMDB-PI) voltou a criticar a prorrogação da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ele mostrou uma charge do jornal *O Diário do Povo*, na qual o presidente Lula aparece com nariz de Pinóquio.

O senador enfatizou que a CPMF foi criada para ser uma contribuição provisória, como diz seu nome, em um momento de crise mundial em que o país necessitava de recursos para aplicação na área da saúde. E qualificou seu idealizador, o médico Adib Jatene, então ministro da Saúde, como “um homem de bem, acreditado”, mas lamentou o fato de a contribuição não ter tirado a saúde da crise que enfrentava.

Mão Santa disse que é médico há 41 anos e nunca viu a área da saúde “tão esculhambada”. O senador mencionou as notícias



Leopoldo Silva

Mão Santa afirma nunca ter visto a área da saúde “tão esculhambada”

que vêm sendo publicadas na imprensa sobre a crise no setor, destacando o crescimento dos casos de dengue e de malária e as filas de espera.

– Essa é a saúde que o Luiz Inácio diz que chega quase à perfeição – afirmou, criticando ainda a assinatura de contrato no valor de R\$ 120 milhões para a promoção de eventos na área da saúde, conforme noticiado pela imprensa.

Entendimento com a área econômica, segundo o senador, não elimina punição de dirigente que se recusar a destinar percentual mínimo para ações de manutenção da saúde

Tião Viana prevê “alguns bilhões a mais” para a saúde em 2008

A saúde pública do Brasil “terá alguns bilhões de reais a mais” já no próximo ano, mesmo que o Senado modifique o projeto que define valores mínimos a serem destinados à saúde por União, estados e municípios, afirmou o presidente interino do Casa, Tião Viana. A proposta, que regula a Emenda Constitucional 29, é de autoria do próprio Tião Viana.

O governo pediu que fosse suspensa a tramitação da proposta (PLS 121/07) até que o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, negocie com a área econômica critério fixo para os gastos anuais da União com saúde.

Para Tião Viana, o novo critério deve manter “um número ou um percentual” que expresse os gastos federais com a área. Atualmente, a Emenda 29 determina que seja aplicado o mesmo valor praticado a partir do ano 2000, sempre corrigido pelo mesmo percentual do crescimento do produto interno bruto (PIB). O projeto de Tião Viana estabelece que o valor baseado no crescimento do PIB seja substituído por 10% das receitas correntes brutas do governo federal.

– O governo não quer o financiamento da saúde pública baseado em um percentual fixo da arrecadação. O ministro da Saúde está negociando com a área econômica uma alternativa – afirmou o presidente interino do Senado, pouco depois de ter recebido em seu gabinete o ministro José Gomes Temporão.

Tião Viana e o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, participaram de café da manhã com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Temporão, no Palácio da Alvorada, quando fica-



Jane Araújo

O presidente interino do Senado, Tião Viana, recebeu ontem o presidente da Associação de Municípios do Acre, Raimundo Angelim Vasconcelos (à esq.), também prefeito de Rio Branco, que o visitou acompanhado de todos os prefeitos do estado. Eles vieram expressar a Viana a satisfação que sentem por vê-lo na Presidência do Senado.

– Dissemos a ele o quanto isso nos enche de orgulho, porque ele é da nova safra de políticos do Acre, um estado que hoje está na agenda nacional em função de um projeto de desenvolvimento sustentado, em função dos bons indicadores apresentados na área social – disse Raimundo Angelim, ao deixar o gabinete da Presidência.

ram conhecendo o PAC da Saúde, a ser anunciado pelo governo nos próximos dias.

Assim como Tião Viana, Arlindo Chinaglia é autor de um projeto que também regulamenta a Emenda 29. Ficou acertado que, após as negociações, o projeto que continuará tramitando será o de Tião Viana, apresentado há cinco anos. Assim, depois de votada no Senado, a proposição será encaminhada ao exame dos deputados.

Tião Viana afirmou à imprensa que, independentemente das possíveis mudanças sobre o gastos com saúde, seu projeto manterá as punições aos gestores que não destinarem as verbas mínimas

determinadas. Entidades da área têm denunciado que nem todos os governos estaduais e prefeituras têm cumprido a Emenda 29, a qual obriga os estados a gastarem com saúde 12% de suas receitas e, as prefeituras, 15%.

PAC da Saúde

No café da manhã com Lula, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, explicou o que significará o chamado PAC da Saúde – assim apelidado em referência ao Programa de Aceleração do Crescimento, realizado pelo governo para a área de infraestrutura – se houver um bom entendimento entre governo e Congresso em torno da regulamentação da Emenda 29.

Flexa Ribeiro reclama do aumento de tarifas bancárias

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) condenou ontem o aumento das tarifas bancárias, criticando a falta de transparência dos bancos nos valores cobrados pelos serviços oferecidos à população. Neste ano, afirmou o senador, os seis maiores bancos do país já arrecadaram R\$ 21,9 bilhões de seus clientes na prestação de

serviços, de acordo com estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

– O Brasil chegou ao topo do ranking mundial na cobrança das tarifas bancárias, perdendo apenas para o México, na América Latina. A classe média está financiando, com folga, as despesas de

pessoal dessas instituições. Em 1994, as tarifas representaram apenas 26% da despesa dos bancos com pessoal. Hoje, o índice é de 130% – contou.

Flexa Ribeiro observou que as tarifas bancárias já representam 0,68% da renda das famílias, conforme pesquisa de orçamento familiar elaborada pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ele disse ter estranhado o fato de o Banco do Brasil, segundo o Dieese, ter arrecadado R\$ 4,8 bilhões no primeiro semestre deste ano com a cobrança de tarifas, contra R\$ 5 bilhões e R\$ 5,2 bilhões contabilizados pelos dois maiores bancos privados do país.



Leopoldo Silva

Classe média está financiando as despesas de pessoal dos bancos, diz Flexa Ribeiro

Cobrança de regras claras que assegurem mais transparência e controle social dos recursos transferidos marca audiência na CPI

Repasse para ONGs precisa de mais fiscalização

Em audiência realizada ontem para discutir a função das organizações não-governamentais (ONGs), os debatedores destacaram a importância dessas entidades sem fins lucrativos no atendimento às necessidades da sociedade em áreas onde o Estado não atua. No entanto, foram unânimes em reconhecer que é necessária maior fiscalização no repasse de recursos públicos para essas organizações.

A audiência foi realizada pela comissão parlamentar de inquérito que investiga irregularidades no uso de recursos públicos pelas ONGs e pelas organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) entre o período de 1999 a 2006, a CPI das ONGs.

– Se essas entidades não existissem, haveria um vácuo na atuação estatal, acarretando prejuízos à coletividade; ou seja, sem elas, não haveria a prestação de vários serviços públicos, alguns deles considerados essenciais – explicou o procurador da República Rômulo Moreira Conrado durante o debate.

No entanto, o procurador foi enfático ao afirmar que é preciso estabelecer mecanismos mais eficazes para o controle de repasses governamentais a essas entidades, a fim de que seja evitada a “dilapidação dos recursos públicos”.



À mesa (F): Tatiana Dahmer, Inácio Arruda, Raimundo Colombo, Rômulo Conrado, Lucas Furtado e Afonso de Almeida

Já o procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Rocha Furtado, criticou a forma discricionária pela qual os entes públicos escolhem, sem nenhum controle, as entidades sem fins lucrativos que receberão recursos para a execução de determinados projetos.

Após ler trechos de vários processos do TCU que concluíram pela existência de irregularidades graves – desde a constituição das próprias ONGs até à falta de transparência no repasse dos recursos públicos para essas entidades –, Furtado sugeriu a criação de uma legislação específica para o setor e também da carreira de fiscal de convênios. Este, segundo explicou, seria um profissional com função de examinar o repasse de verbas públicas ao chamado terceiro setor da economia.

– Em 2008, a previsão de repas-

se de recursos diretos da União para essas organizações é de R\$ 4 bilhões. Causa-me espanto que não haja fiscalização adequada para esse volume de recursos, por falta de legislação – criticou.

Padronização da fiscalização

O representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Afonso de Oliveira Almeida, discorreu sobre o decreto que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse (Decreto 6.170/07). Afonso explicou que o governo, ao baixar essa instrução normativa, mostrou-se preocupado com a criação de um sistema de padronização de fiscalização das ONGs e, ao mesmo tempo, em tornar transparentes os processos de repasses governamentais a essas entidades sem fins lucrativos.

– Toda transferência vai tran-

sitar pelo Portal dos Convênios e qualquer órgão de controle ou cidadão vai poder se informar e acompanhar, via internet, esses repasses. Vamos ter também um intermediário para acompanhar a execução da obra, que, para nós [do ministério] vai representar um modelo de fiscalização do objeto do convênio – destacou.

Marco regulatório

Durante a audiência, a diretora-executiva da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), Tatiana Dahmer Pereira, disse que a instituição considera fundamental a adoção de critérios claros e democráticos, que garantam maior transparência e controle social nos repasses de recursos públicos não apenas para as ONGs, mas em geral, e no uso desses recursos. Tal regulação, contudo, precisa vir acompanhada de definições sobre a função das organizações no país hoje. Para ela, é preciso que o debate seja voltado à construção de um novo marco legal para o setor, a ser aprovado no Congresso.

– Defendemos, sim, que essas organizações tenham um papel muito importante no fortalecimento das esferas públicas, mas que possam dialogar com os movimentos sociais e outras formas associativas da sociedade – disse.

Serys presta homenagem aos professores

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) prestou homenagem aos professores, pela passagem de seu dia, comemorado em 15 de outubro, na pessoa da professora Helena Matiuzo Félix, da cidade de Comodoro (MT). Helena Matiuzo teve seus 40 anos de serviços prestados ao ensino reconhecidos, ao ter uma escola municipal batizada com seu nome.

– Nós, professoras, podemos nos aposentar com 25 anos de trabalho, já que lecionar é uma tarefa árdua, mas a dona Helena já tem mais de 40 anos de serviço e continua – comentou.

Apesar da pequena estatura, Helena Matiuzo é, nas palavras de Serys, uma profissional “grande” na forma de ser e no preparo. Na solenidade em que foi homenageada pelo município de Comodoro, na divisa com Rondônia, a mestra chegou até a participar da apresentação de um coral de alunos.



Mário Couto espera indiciamento de pessoas ligadas à Anac e à Infraero

Mário Couto defende relatório sobre apagão aéreo

Mário Couto (PSDB-PA) ameaçou utilizar a tribuna para denunciar os nomes dos parlamentares que votarem pela rejeição do relatório de Demostenes Torres (DEM-GO) na CPI do Apagão Aéreo. Segundo Mário Couto, o governo objetiva livrar o ex-presidente da Infraero, deputado Carlos Wilson (PT-PE), e a diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Denise Abreu, do indiciamento pedido no relatório.

– A Anac e a Infraero são responsáveis pelas mortes de centenas de passageiros – disse.

O senador pediu ainda apoio a dois projetos de Paulo Paim (PT-RS) que tratam da atualização das aposentadorias e pensões (PLS 58/03) e do benefício de prestação continuada na assistência social aos idosos e portadores de deficiência (PLS 80/03).

Auditório do Interlegis passará a se chamar “Antonio Carlos Magalhães”

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução de autoria do senador Expedito Júnior (PR-RO) que dá ao auditório do edifício-sede do Programa Interlegis o nome de “Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães”. A inclusão da matéria na pauta ocorreu por sugestão do senador Efraim Moraes (DEM-PB), que, na condição de 1º secretário do Senado, preside o Interlegis.

O novo nome do auditório é uma homenagem ao senador baiano falecido em julho. Na justificativa de sua proposta (PRS 42/07), Expedito Júnior lembra que Antonio Carlos implementou, quando presidente do Senado, “o grande esforço de modernização da complexa e extensa estrutura de representação

política brasileira” com a criação do programa Interlegis.

O programa é formado por uma ampla rede informatizada de comunicação entre assembleias legislativas, câmaras municipais e Congresso.

Durante a discussão da matéria, o líder do DEM, José Agripino (RN), afirmou que Antonio Carlos Magalhães foi um grande líder, amado por muitos e odiado por poucos. Agripino lembrou também que ainda hoje tramitam matérias importantes de autoria de Antonio Carlos, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48/03, que trata da aplicação de recursos destinados à irrigação, e a PEC 5/07, que institui o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.

Jefferson quer ouvir testemunhas sugeridas por Renan Calheiros

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator da terceira representação contra o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse ontem que notificou para testemunharem no processo o usineiro João Lyra; o juiz da 16ª Vara Criminal de Maceió, Marcelo Tadeu Lemos de Oliveira; o empresário e primo de Renan, Ildefonso Antonio Tito Uchoa Lopes; e o governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho (PSDB). Esses nomes foram sugeridos por Renan na defesa prévia que encaminhou na tarde de quarta-feira ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Sindicância

Atendendo a um ofício da

Presidência do Senado, o 1º secretário da Casa, Efraim Moraes (DEM-PB), mandou instaurar na quarta-feira sindicância para apurar “veracidade das afirmações que têm sido veiculadas na imprensa pelo servidor Marcos Evandro Cardoso Santi”. Consultor legislativo do Senado, Santi pediu exoneração do cargo de secretário-adjunto da Mesa diretora em agosto.

Segundo notícias publicadas em diversos jornais, o servidor do Senado renunciou ao cargo em protesto contra pressões que os consultores e outros funcionários estariam sofrendo da parte da Presidência como parte de ações relativas ao processo contra Renan.



Leopoldo Silva

Tuma ressalta potencial dano à saúde pública que esse tipo de crime pode causar

Tuma quer punição rigorosa para fraudadores de leite

Romeu Tuma (PTB-SP) cobrou punição rigorosa para a quadrilha de fraudadores de leite desmantelada pela Operação Ouro Fino, em laticínios de Uberaba e Passos, em Minas Gerais, nesta semana.

– Crimes como esse, que atentam contra a saúde pública, que colocam em risco a vida, sobretudo, de crianças indefesas, devem ser tratados com o máximo rigor. Não podemos condescender com esse incontido e atroz ímpeto de se obter vantagens a qualquer custo, mesmo da saúde alheia – disse.

Em aparte, José Maranhão (PMDB-PB) defendeu o aprimoramento das práticas de fiscalização e acompanhamento de toda produção de alimentos no país.



Leopoldo Silva

Alvaro diz que farelo nutricional será retirado das merendas escolares

Alvaro critica decisão do ministro da Saúde sobre multimistura

Baseado em reportagem da revista *IstoÉ*, Alvaro Dias (PSDB-PR) fez um apelo ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para que reveja a decisão de substituir o farelo nutricional criado pela pediatra Clara Brandão, conhecido como multimistura, por produtos industrializados no Programa de Suplementação Alimentar, que abrange a merenda escolar e beneficia crianças subnutridas.

O senador disse que a multimistura tem até 20 vezes mais ferro e vitaminas C e B1 em relação à comida de merendas que utilizam produtos industrializados, e é 121% mais barata.

Os nomes de Paulo de Andrade Pinto e José Maurício Bustani, indicados pelo presidente da República, são acatados na CRE e seguem agora para a votação do Plenário

Comissão aprova embaixadores indicados para Canadá e França

As indicações de José Maurício de Figueiredo Bustani para o cargo de embaixador do Brasil na França e de Paulo Cordeiro de Andrade Pinto para a mesma função no Canadá foram aprovadas ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado. Para serem confirmadas, os nomes ainda têm que passar por votação no Plenário.

As indicações para o cargo de embaixador são sempre feitas pelo presidente da República.

Durante a reunião da CRE, Bustani disse acreditar que atuará em um país onde o atual governo se caracteriza por um “novo-conservadorismo”, liderado pelo presidente Nicolas Sarkozy – que assumiu o cargo em maio. Ele também declarou que a França considera o Brasil “um país internacional de primeira grandeza, o que já estava claro nas visitas que Jacques Chirac fazia ao país”.

– Para os europeus, o Brasil é um agente de estabilidade na região [latino-americana].

Bustani foi diretor-geral da Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq), entidade vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), de 1997



Márcia Kalime

Andrade Filho (E), Heráclito Fortes, Bustani e Eduardo Azeredo em reunião da CRE

a 2002 e vinha atuando como embaixador em Londres.

Eduardo Suplicy (PT-SP), relator da indicação, ressaltou que o governo dos Estados Unidos, visando à guerra contra o Iraque, “desencadeou uma operação diplomática para forçar sua saída da Opaq”. Suplicy afirmou que a Opaq fez mais de mil inspeções em mais de 50 países durante a gestão de Bustani, obtendo uma redução estimada de 15% do estoque de armas químicas no mundo.

Canadá

Já Pedro Simon (PMDB-RS), relator da indicação de Andrade Pinto, destacou sua recente atu-

ação à frente da embaixada do Brasil no Haiti. Entre os diversos cargos já ocupados pelo embaixador, ressaltou sua atuação no Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Opanal), como presidente da Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamento.

Sobre o Canadá, Simon afirmou que esse país vem ganhando importância crescente nas relações externas com o Brasil. Uma das razões disso, afirmou, é que o país se tornou o destino de “incontáveis” brasileiros que emigram em busca de trabalho.

Senadores por Goiás celebram os cem anos de Anápolis

Em sessão especial de homenagem aos cem anos de criação do município de Anápolis (GO), os senadores Marconi Perillo (PSDB-GO) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) defenderam a instalação na cidade de uma zona de processamento de exportação (ZPE).

Marconi, que é o primeiro subscritor do requerimento de realização da sessão, citou como exemplo da vocação industrial da cidade o pólo farmacológico e o Laboratório Teuto-Brasileiro, “o primeiro laboratório nacional a exportar medicamentos genéricos para a América Latina e que já está fechando contratos também nos continentes africano e asiático”. Já Lúcia Vânia lembrou que Anápolis sedia uma das principais bases da Força Aérea Brasileira, destacamento responsável pela guarda do espaço aéreo brasileiro, e o núcleo central do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

Demostenes Torres (DEM-GO) também participou da homenagem e defendeu a criação do curso de Medicina no *campus* da Universidade Federal de Goiás instalado em Anápolis.

Participaram da sessão o secretário da Indústria e Comércio de Goiás, Ridoval Chareloto; o prefeito de Anápolis, Pedro Sahiúm; o reitor da Universidade Estadual de Goiás, Luiz Arantes, e a conselheira do Tribunal de Contas do estado Carla Santillo.

Universidade do ABC pede liberação de emendas

O presidente da Comissão de Educação (CE), Cristovam Buarque (PDT-DF), reuniu-se ontem com o pró-reitor da Universidade Federal do ABC (SP), Luiz Beviláqua. O tema da reunião foi o pedido de liberação de emendas do Orçamento 2007.

Cristovam afirmou que irá encaminhar ofício solicitando a liberação dessas emendas aos ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Fazenda, Guido Mantega. O ofício será também encaminhado ao ministro da Educação, Fernando Haddad, pedindo seu apoio à solicitação.

A idéia de criação da Universidade Federal do ABC surgiu em 2003 de uma conversa de Cristovam, quando ministro da Educação, com a então prefeita de São Paulo Marta Suplicy. A universidade, hoje com três anos, foi montada em moldes semelhantes aos propostos por Darcy Ribeiro para a Universidade de Brasília (UnB) nos anos 60.

Luiz Beviláqua, em companhia da vice-reitora, Adelaide Faljoni-Aláio, e do pró-reitor de Administração, José Rodrigues, relatou a Cristovam o sucesso da iniciativa. Atualmente, segundo informou, todos os professores têm doutorado e trabalham em regime de dedicação exclusiva à universidade. A UFABC oferece cursos de graduação e pós-graduação na área de Tecnologia.

Medida reajusta vencimentos da PF

Na presidência dos trabalhos, Jayme Campos (DEM-MT) fez ontem a leitura da medida provisória que reajusta os vencimentos do pessoal das carreiras da Polícia Federal. A matéria (MP 386/07), aprovada pela Câmara no dia 16, foi incluída na ordem do dia da sessão plenária da próxima terça-feira e passa a trancar a pauta do Senado.

A MP 386/07 também reabre o prazo para que servidores da Funasa possam optar pela carreira em que querem ingressar.

Criação de cargos vai à sanção

O Senado encaminhou à sanção o projeto que cria 1.951 cargos da carreira da Seguridade Social e do Trabalho no Ministério do Trabalho e extingue outros 2.191 cargos vagos disponíveis no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec).

A matéria (PLC 22/06) havia sido encaminhada à Câmara. Ontem, o presidente interino do Senado, Tião Viana, retificou o despacho, uma vez que as emendas aprovadas tratavam apenas de ajustes redacionais.

Centenário de empresário

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) requereu voto de congratulações pelo centenário do empresário pernambucano João Santos, proprietário da fábrica de cimento Nassau e de empreendimentos nas áreas de comunicação, celulose, álcool e táxi aéreo.

– Trata-se de uma justa homenagem a um brasileiro que mesmo aos 100 anos, ainda pensa no futuro do Brasil – declarou, com apoio de Marco Maciel (DEM-PE), Heráclito Fortes (DEM-PI) e José Sarney (PMDB-AP).

Arns: cataratas são maravilha natural

A indicação das Cataratas do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR), ao concurso As Sete Novas Maravilhas da Natureza foi comemorada por Flávio Arns (PT-PR). A exemplo da votação que elegeu o Cristo Redentor uma das Sete Novas Maravilhas do Mundo, este concurso também é promovido pela fundação suíça New Seven Wonders, informou.

O senador pediu votos para as cataratas por meio do *site* www.natural7wonders.com



José Cruz

Jayme Campos: impasse entre Petrobras e Ministério de Hidrocarbonetos da Bolívia

Jayme Campos alerta para corte de gás natural em MT

Jayme Campos (DEM-MT) fez um apelo ao governo no sentido de regularizar o abastecimento de gás natural em Mato Grosso. Segundo explicou, o combustível é importado da Bolívia, que há 60 dias cortou o fornecimento para a termelétrica de Cuiabá. A situação estaria sendo ocasionada pelo impasse entre a Petrobras, que se recusa a fazer novos investimentos no país depois da nacionalização de suas reservas petrolíferas e de gás, e o Ministério de Hidrocarbonetos da Bolívia, que cobra a continuidade dos investimentos.

O senador também apoiou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reafirmou a fidelidade partidária.



Leopoldo Silva

Crivella condena associação da legalização do aborto com a redução da violência

Crivella lamenta declarações do governador do RJ

Marcelo Crivella (PRB-RJ) lamentou as recentes declarações do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, de que a legalização do aborto poderia diminuir a violência nas favelas da capital do estado. Ele condenou a afirmação dizendo que a principal responsável pela violência no estado é a imensa e histórica desigualdade social brasileira, que atinge “níveis absurdos”.

O senador lembrou que a primeira favela do Rio de Janeiro surgiu em 1870, no Morro da Providência, onde foram morar os remanescentes dos Voluntários da Pátria, escravos que combateram na Guerra do Paraguai.

Retomada permitirá que o país domine todo o ciclo de combustível nuclear, conforme assinala o almirante Júlio Soares de Moura Neto em audiência pública no Senado

Marinha prevê conclusão do programa nuclear até 2014

O programa nuclear brasileiro estará concluído até 2014 caso se confirmem os investimentos previstos pelo governo de R\$ 1 bilhão ao longo dos próximos anos. O anúncio foi feito ontem pelo comandante da Marinha, almirante-de-esquadra Julio Soares de Moura Neto, em audiência pública conjunta das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Depois de passar sete anos em “estado vegetativo”, como definiu o almirante, o programa será retomado em 2008, quando receberá R\$ 130 milhões. Essa medida permitirá que o país domine todo o ciclo de combustível nuclear e conclua o Projeto do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (La-bgene), que conterà um reator de 11 MW de potência, suficiente para iluminar uma cidade de 20 mil habitantes.

– O programa nuclear é uma das grandes vitórias tecnológicas do país – definiu Moura Neto, ao ressaltar a dualidade do programa, destinado tanto à produção de energia elétrica quanto à propulsão de submarinos nucleares.

De 1979 até hoje, informou o almirante, foi investido o equivalente a US\$ 1,1 bilhão. Já existe domínio tecnológico sobre o ciclo do combustível nuclear, mas algumas etapas desse ciclo ainda são realizadas fora do país, disse. O *yellow cake*, produto da primeira etapa de beneficiamento

Transposição ajuda 12 milhões na região mais afetada pela seca

Efraim Morais (DEM-PB) elogiou ontem encarte especial publicado pelo jornal *A União*, que defende a transposição do rio São Francisco como solução para o problema da seca na Paraíba e na região Nordeste.

O senador parabenizou os jornalistas autores do suplemento, José Euflávio e Augusto Pessoa, que percorreram mais de 2,5 mil quilômetros no semi-árido nordes-



Célio Azevedo

Na audiência, Carlos Bezerril, Moura Neto e Marcelo Crivella

do urânio, é atualmente enviado ao Canadá para ser convertido em gás, que é remetido à Europa para enriquecimento. Somente então volta ao Brasil para ser convertido em pastilhas que alimentarão as usinas nucleares.

A usina brasileira de transformação do *yellow cake* em gás, de acordo com o comandante, ficará pronta em 2010. E a Marinha vem fornecendo pouco a pouco à Indústria Nuclear Brasileira (INB), em Resende (RJ), as centrífugas necessárias à produção de combustível nuclear para as usinas Angra 1 e 2 – além de Angra 3, ainda em estudo. Ele observou que apenas sete países, além do Brasil, dominariam todo o ciclo de produção de energia nuclear.

O almirante destacou também que o primeiro submarino nuclear brasileiro poderá estar pronto em 2020. A grande vantagem desse submarino em relação aos convencionais, lembrou, é que o nuclear pode permanecer períodos mais longos embaixo d'água. Com isso, frisou, o submarino nuclear pode ser considerado uma “arma de grande efeito de dissuasão”, capaz de ajudar a patrulhar a extensa costa brasileira.

do urânio, é atualmente enviado ao Canadá para ser convertido em gás, que é remetido à Europa para enriquecimento. Somente então volta ao Brasil para ser convertido em pastilhas que alimentarão as usinas nucleares.

Ao elogiar o progresso obtido pela Marinha, o senador Augusto Botelho (PT-RR) afirmou que nenhum país “transfere ou vende” tecnologia nuclear. O senador Romeu Tuma (PTB-SP), por sua vez, classificou o programa como “exemplo claro” de uso da energia nuclear para fins pacíficos, uma vez que o próprio submarino nuclear se destinará à defesa do país. A resistência dos seres humanos a longas temporadas no fundo do mar, permitidas pelos submarinos nucleares, foi a maior preocupação apresentada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). As missões de vigilância, previu o comandante, deverão durar de 30 a 60 dias, conforme prática internacional.

Em resposta a uma pergunta do senador Paulo Duque (PMDB-RJ), o almirante informou que o Exército e a Aeronáutica também desenvolvem seus próprios programas nucleares, mas ainda em estágio de pesquisas. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ser um defensor da “opção atômica” da Marinha, mas ressaltou a necessidade de se ampliar a defesa dos rios brasileiros.



Leopoldo Silva

Efraim comenta suplemento jornalístico a favor da transposição do São Francisco

e de porte médio, o vergonhoso comércio da água é apenas mais um componente dessa tragédia”.



Leopoldo Silva

Segundo César Borges, fábrica terá 1 milhão de automóveis produzidos

César Borges destaca marca de produção da Ford na Bahia

César Borges (PR-BA) registrou em Plenário a comemoração, na próxima segunda-feira, da marca de 1 milhão de automóveis produzidos pela companhia Ford no Complexo Industrial de Camaçari, na Bahia. Ele lembrou que a instalação da fábrica naquele estado dependeu de uma grande negociação para vencer a concorrência com o Rio Grande do Sul e conseguir deslocar a produção automobilística do eixo habitual, no centro-sul do país.

O senador ressaltou que a fábrica serve de referência de qualidade e inovação em todo o mundo e disse que a expectativa para 2008 é a geração de mais 8 mil empregos diretos.



Leopoldo Silva

“Estamos falando para o Brasil inteiro”, diz Duque sobre sistema de comunicação

Paulo Duque resalta papel dos veículos da Casa

Ao lembrar vários acontecimentos políticos difíceis ocorridos na antiga capital do país – a cidade do Rio de Janeiro –, quando poucos veículos de comunicação monopolizavam a atividade jornalística, o senador Paulo Duque (PMDB-RJ) destacou o importante papel desempenhado pelo sistema de comunicação do Senado na divulgação de idéias defendidas pelos parlamentares.

– Quando nos apresentamos nesta tribuna, estamos falando para o Brasil inteiro – disse Paulo Duque, agradecendo ao senador José Sarney (PMDB-AP) pela iniciativa de implantação do sistema de comunicação da Casa.